

GABRIELA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

**Famílias multiespécie e vulnerabilidade social: inter-relações
com saúde única**

São Paulo

2024

GABRIELA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

**Famílias multiespécie e vulnerabilidade social: inter-relações
com saúde única**

Monografia apresentada como Trabalho
de Conclusão do Curso de
Especialização em Clínica Médica de
Pequenos Animais da Faculdade de
Medicina Veterinária e Zootecnia da
Universidade de São Paulo.

Orientadora:

Profa. Dra. Denise Tabacchi Fantoni

São Paulo

2024

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autor: SANTOS, Gabriela Cristina de Oliveira

Título: **Famílias multiespécie e vulnerabilidade social:** Inter-relações com saúde única

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Instituição: _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, por terem me iluminado, guiado e protegido durante todo esse percurso, e por terem me dado o privilégio de viver esses anos de residência.

À minha amada família, por constantemente me lembrar que não importa o quão difíceis sejam os dias, eu sempre terei seu amor e um lugar para onde voltar. Meus pais, Washington e Patrícia, meus maiores exemplos e luz do meu caminho, obrigada por todo o carinho, apoio, paciência e compreensão que foram indispensáveis durante essa jornada. A vocês dedico todas as minhas conquistas e passarei todos os meus dias tentando retribuir tudo o que vocês fazem e são para mim. A meu irmão e grande amigo Matheus, pelo companheirismo e por acreditar em mim quando nem eu acredito. A meus queridos animais: meus cachorros Theo e Lilo e meus gatos Aslan, Mirana e Charlie, por seu amor incondicional, sua pureza e particularidades que fazem com que eu me apaixone cada dia mais, por terem escolhido nossa família e iluminarem nossas vidas. Agradeço também a todos os nossos animais que já partiram e fizeram parte de diferentes fases da minha vida, por terem me ensinado tanto sobre o amor e influenciado na decisão de me tornar médica-veterinária.

Aos incríveis amigos que a residência me trouxe: Adriano, Aline, Caio, Enrico, Giovanna, Isabella, Júlia, Letícia, Lívia, Tatiane e Victor. Não tenho palavras para descrever o quanto admiro a cada um, por serem pessoas e profissionais excepcionais, e o quanto sou grata por tê-los encontrado em meu caminho e dividido esse percurso com vocês. Agradeço a vocês por tudo o que me ensinaram, por serem a voz e lutarem tanto pelo bem e dignidade dos animais que a vocês foram confiados, por estarem ao meu lado nos melhores e mais desafiadores momentos desses 2 anos, por todo o apoio e carinho, pelas conversas e risadas, por cada abraço, sorriso e desabafo, e especialmente por terem se tornado minha família dentro do HOVET. Obrigada por tornarem também suas as minhas preocupações, me ajudarem mesmo quando não

tinham obrigação alguma e por tornarem qualquer fardo mais leve. Que grande privilégio foi fazer parte desse time!

Aos meus R1s, R2s e R3s com quem tive a alegria de conviver e aprender tanto, por sua dedicação, inteligência, atenção e cuidado com os animais e suas famílias.

A meus preceptores e professores, por serem excelentes profissionais, pela dedicação e cuidado pelos animais, e por toda a paciência, acolhimento e ensinamentos que tanto me fizeram crescer durante esses anos. Sou muito grata e honrada por essa oportunidade de conviver e aprender tanto com cada um de vocês.

A todos os funcionários que de diferentes formas mantêm o HOVET funcionando e beneficiando a tantos animais, em especial àqueles que mais me ajudaram durante essa jornada, com sua simpatia, paciência e dedicação, tornando o nosso trabalho mais aprazível.

À minha orientadora, Profa. Dra. Denise Tabacchi Fantoni, a quem tanto admiro, por aceitar me guiar nesse trajeto, por exercer nossa profissão com tanta maestria e contribuir sobremaneira para a formação de inúmeros profissionais.

À minha banca, Profa. Dra. Denise Saretta Schwartz, MSc Stefanie Sussai e Dr. Caio Nogueira Duarte, por terem contribuído tanto para a minha formação e desenvolvimento e por serem profissionais exemplares.

A todos os animais que passaram por mim durante a residência, por serem responsáveis pelo meu aprendizado e evolução. Agradeço não só por terem sido fundamentais em meu aprimoramento profissional, mas também por sua pureza e amor que me tornam uma pessoa melhor a cada dia. Também expresso minha admiração às suas famílias, por, dentro de suas possibilidades, mesmo em meio a tantas dificuldades, lutarem por eles e com eles, buscando sempre o melhor para vê-los bem novamente, mesmo quando isso significa dizer adeus. Obrigada por terem me dado a honra de cuidar e acolher a cada um, os recordarei para sempre com muito carinho e gratidão!

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.”

Carl Gustav Jung

RESUMO

SANTOS, Gabriela Cristina de Oliveira. **Famílias multiespécie e vulnerabilidade social: Inter-relações com saúde única**. 2024. 31 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

A maneira do Homem se relacionar com os animais tem sofrido modificações desde os primeiros relatos dessa interação. O surgimento de conceitos como “animal de estimação” e “Família multiespécie” denotam essas mudanças, em que o animal deixou de ocupar um espaço puramente utilitário para passar a ser considerado um membro da família. Com essa maior proximidade entre os seres humanos e os animais, surgem diversos impactos positivos e negativos sobre a Saúde Única, ou seja, sobre as saúdes humana, animal e ambiental. A busca por uma interação equilibrada que beneficie a todos os envolvidos trouxe também a definição de Guarda Responsável, formada por medidas que visam nortear e aprimorar a relação Homem-animal. A presença de um animal de estimação no ambiente familiar, apesar de ser em grande parte muito benéfica, também representa uma série de desafios intrínsecos às suas demandas. Tais desafios se tornam mais significativos ao serem consideradas as famílias multiespécie em situação de vulnerabilidade social, representadas neste trabalho como as famílias em situação de rua e famílias que residem em comunidades, populações que enfrentam diversos entraves relacionados às restrições financeiras, como dificuldade de acesso a serviços públicos, alimentação de qualidade e segurança, além de serem muitas vezes negligenciadas e invisibilizadas pelo restante da população. O presente trabalho aborda os principais aspectos relacionados às famílias multiespécie, os impactos que essa interação traz sobre os envolvidos e as suas implicações no contexto de famílias em vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Famílias multiespécie. Guarda responsável. Saúde única.

ABSTRACT

SANTOS, Gabriela Cristina de Oliveira. **Multispecies families and social vulnerability: Interrelations with One Health.** 2024.31 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Clínica Médica de Pequenos Animais – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Man's way of relation to animals has undergone changes since the first reports of this interaction. The rise of concepts such as "pets" and "Multispecies family" denote these changes, in which the animal no longer occupies a purely utilitarian space but is now considered a family member. With this greater proximity between human beings and animals, several positive and negative impacts on One Health, which represents human, animal and environmental health. The search for a balanced interaction that benefits everyone involved also brought the definition of responsible guard, formed by steps that aim to guide and improve the human-animal relationship. The presence of a pet in the family environment, despite being widely very beneficial, also represents a series of challenges intrinsic to its demands. Such challenges become more significant when considering multispecies families in situations of social vulnerability, represented in this work as homeless families and those residing in communities, populations that face various obstacles related to financial restrictions, such as difficulty accessing to public services, quality food and safety, in addition to being often neglected and invisibilized by the rest of the population. This work addresses the main aspects related to multispecies families, the impacts that this interaction has on those involved and its implications in the context of socially vulnerable families.

Keywords: Multispecies families. Responsible pet ownership. One health.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MATERIAL E MÉTODO.....	11
3. REVISÃO DE LITERATURA	12
3.1. Conceitos e contextualização	12
3.2. Animais de estimação no Brasil	13
3.3. Família multiespécie	14
3.4. Família multiespécie e a saúde única	16
3.4.1. Guarda Responsável	16
3.4.2. Saúde humana.....	19
3.5. Animais de estimação e vulnerabilidade social	22
3.6. Políticas públicas	26
4. DISCUSSÃO	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

A relação homem-animal tem se modificado à medida que a humanidade evolui. Acredita-se que o processo de domesticação tenha se iniciado há cerca de 12 mil anos, quando o homem passou a desenvolver a agricultura como forma de sobrevivência. Nesse contexto, os lobos teriam se aproximado e passado a desenvolver características mais dóceis como forma de conseguir benefícios como abrigo e alimento, enquanto auxiliavam no processo de caça, proteção da moradia e funcionavam como uma fonte de aquecimento em épocas mais frias, se tornando assim, a primeira espécie a ser domesticada (FUCHS, 1987 apud SOUZA & CASTRO, 2022; BUENO, 2020 apud SOUZA & CASTRO, 2022).

Durante grande parte da História, essa interação foi fundamentada em uma relação de dominação dada por uma visão antropocêntrica e utilitária da natureza, que pregava que os animais eram destinados a suprir as necessidades do Homem, fossem elas práticas, morais ou estéticas (TAPPER, 1988 apud ANDRADE & BERTO, 2023; SOUZA & CASTRO, 2022). Com o passar dos anos, entretanto, foi surgindo uma nova concepção acerca dos animais domésticos, passando estes a serem destinados à companhia, e não mais vistos como coisas, mas sim como seres dotados de necessidades e sentimentos. Esse processo trouxe também novos conceitos e discussões, como o bem-estar animal, a guarda responsável e a designação de animais de estimação (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; SOUZA & CASTRO, 2022).

Mais recentemente, os animais de estimação passaram a ser considerados como membros da família, indivíduos insubstituíveis e capazes de oferecer apoio emocional, companhia e afeto incondicional aos humanos, atuando muitas vezes como substitutos parentais. (COSTA, 2006; GAZZANA & SCHMIDT, 2015; FREITAS, 2019; ALBUQUERQUE et al, 2020; SOUZA & CASTRO, 2022; ANDRADE & BERTO, 2023). Surge assim um novo conceito a respeito das configurações familiares atuais: a família multiespécie, baseada em vínculos de proximidade e afetividade que ultrapassam a consanguinidade (GAZZANA & SCHMIDT, 2015).

Dada a importância que a relação com os animais ganhou ao longo dos anos, o presente trabalho tem como objetivo explorar os reflexos da convivência com animais de estimação, particularmente os cães e gatos, considerando possíveis impactos positivos e negativos relacionados à saúde única, com enfoque em famílias em situações de vulnerabilidade social.

2. MATERIAL E MÉTODO

Para o presente estudo, foi realizado levantamento bibliográfico através de pesquisa qualitativa exploratória separada em duas etapas: na primeira, buscou-se materiais que abordassem os impactos dos animais de estimação sobre a vida das famílias no que tange à saúde única. Foram pré-selecionados aqueles mais recentes (preferencialmente a partir de 2010) com palavras-chave como “Família multiespécie”, “saúde única”, “relação Homem-animal” e “guarda responsável”. Em seguida, foi realizada avaliação de seus respectivos resumos e selecionados aqueles que versavam sobre o conceito de famílias multiespécie, seu surgimento, suas implicações sobre a saúde única e os impactos dos animais de estimação sobre a saúde humana.

Na segunda etapa da pesquisa, procurou-se correlacionar as informações já obtidas com a realidade de famílias multiespécie em situação de vulnerabilidade social. A pré-seleção dos trabalhos foi realizada de maneira semelhante, acrescentando-se palavras-chave como “vulnerabilidade social”, “comunidades” e “famílias em situação de rua”. Foram selecionados aqueles que traziam não só uma visão técnica sobre tal cenário, mas também uma leitura das próprias famílias sobre seus animais e os impactos dos mesmos sobre sua vida e rotina, obtida através de entrevistas com essa população.

Como fonte para a revisão, foram utilizadas as bases de dados PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Science Direct, SciELO e Taylor & Francis.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Conceitos e contextualização

De acordo com definição proposta pelo Dicionário Aurélio (1997), domesticação significa “Fazer com que um animal selvagem seja amansado de maneira que ele consiga conviver com a raça humana [...]” ou “Fazer com que alguma coisa seja submetida ao controle humano”. O processo de domesticação, inicialmente dos cães, se deu por um processo evolutivo, influenciado por fatores naturais e artificiais de seleção, que culminou em mudanças comportamentais dos animais e humanos, de forma que ambos se adequassem a esse convívio mais próximo (ALBUQUERQUE E CIARI, 2016 apud REIS 2021). Estabeleceu-se assim uma relação de troca mútua, em que ambas as partes obtêm benefícios para sua saúde e bem-estar (Associação Americana de Medicina Veterinária - AVMA, 2018 apud REIS 2021).

No decorrer dos anos, surgiram novas concepções acerca da convivência com os animais. Estes passaram a ser vistos como indivíduos sencientes, ou seja, capazes de experienciar sensações como medo, angústia, alegria e até mesmo saudade, além de terem preferências e vontades próprias, devendo gozar de direitos fundamentais como a liberdade e dignidade (REIS, 2021). Com isso, surgiu a preocupação com o Bem-estar animal e a noção de Guarda Responsável, uma série de medidas através das quais o tutor supre as necessidades ambientais, físicas e psicológicas de seus animais, além de evitar que estes causem danos à comunidade ou ao ambiente, como acidentes, transmissão de doenças ou prejuízos à fauna (ISHIKURA et al, 2017, apud JORGE et al, 2018). Neste contexto, é permeado também o fundamento de “Saúde Única”, ou, termo mais atual, “Uma só saúde”, conceito proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2008, que reflete a indissociabilidade da saúde humana, animal e ambiental.

Desta forma, os cães e gatos deixaram gradativamente de ser considerados como meros animais domésticos, surgindo a concepção de

“animais de estimação”. Por definição, estimação é “um bem (animal ou coisa) a que se devota especial predileção ou estima” (Dicionário Aurélio, 1997). A relação com animais de estimação, por sua vez, pode ser definida como “Uma relação dinâmica e mutuamente benéfica entre pessoas e outros animais, influenciada pelos comportamentos essenciais para a saúde e bem-estar de ambos. Isso inclui as interações emocionais, psicológicas e físicas entre pessoas, demais animais e ambiente” (AVMA apud GAZZANA & SCHMIDT, 2015).

Nesse contexto de evolução da relação humana com os animais de estimação, desenvolveu-se o princípio de família multiespécie, um grupo familiar composto por pessoas que consideram seus animais como membros da família (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; SOUZA & CASTRO, 2022).

3.2. Animais de estimação no Brasil

De acordo com censo realizado pelo Instituto Pet Brasil (IBP) em 2021, foram contabilizados 58,1 milhões de cães e 27,1 milhões de gatos domiciliados, gerando um total de 149,6 milhões de animais de estimação quando consideradas outras espécies como peixes, aves e répteis. Destes, 47,4% estavam concentrados na região Sudeste (IBP, 2018). Além disso, segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, 44,3% dos domicílios brasileiros apresentavam pelo menos 1 cão, com média de 1,8 cães/domicílio, enquanto em relação aos gatos, eram 17,7% dos domicílios, com média de 1,9 gatos/domicílio. Por outro lado, em levantamento realizado também pelo IBP em 2018, estima-se que no Brasil existam cerca de 185 mil animais abandonados ou resgatados por maus tratos, atualmente sob a tutela de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou redes de protetores. Entre eles, cerca de 45% estão concentrados também na região Sudeste. Outro conceito utilizado nessa pesquisa é o de animais em condições de vulnerabilidade, aqueles que vivem em famílias classificadas abaixo da linha da pobreza ou em situação de rua, recebendo cuidados de forma eventual ou irregular. Estima-se que em 2020, 8,8 milhões de animais viviam nessas

condições, sendo 69,4% cães e 30,6% gatos. Esse valor mais que dobrou em comparação a 2018, em que se considerava cerca de 3,9 milhões de animais em vulnerabilidade.

Em pesquisa realizada em 2021 também pelo IBP, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com maior número de animais de estimação, atrás apenas da China e Estados Unidos. Em um ano, houve crescimento de 4% na população de cães e 6% de gatos domiciliados, um crescimento que, segundo estudos indicam, foi acelerado pela pandemia de COVID-19 (*Coronavirus disease* 2019). Dada a necessidade de isolamento social e consequente maior tempo de permanência em casa, muitas pessoas passaram a buscar nos animais uma maneira de obter companhia e afeto (ALBUQUERQUE et al, 2020). Ademais, segundo o Censo do IBGE em 2022, há 40,1 milhões de crianças de até 14 anos de idade no Brasil, ao passo que, como já mencionado, a população de cães é de 58,1 milhões. Através desses números, é possível observar a tendência de crescimento e surgimento de novas famílias multiespécies, muitas vezes acompanhada pela opção de animais de estimação em detrimento de filhos biológicos (SOUZA & CASTRO, 2022).

3.3. Família multiespécie

O conceito de família tem passado por diversas discussões e mudanças no transcorrer do tempo. Até o início desse século, a palavra família era definida como “Pessoas aparentadas, que vivem, em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos”, ou ainda “Pessoas do mesmo sangue” (Dicionário Aurélio, 1975). Nas configurações familiares atuais, por outro lado, a consaguinidade perde importância, passando a ser reconhecidos como família diversos arranjos baseados em proximidade, intimidade e vínculos afetivos (MACEDO, 2008 apud GAZZANA & SCHMIDT, 2015).

O processo de urbanização, acompanhado por expedientes de trabalho mais extensos e residências menos amplas, resulta em famílias cada vez menores e muitas pessoas morando sozinhas. Além disso, mudanças do

comportamento social de gerações mais recentes leva a uma diminuição no desejo de ter filhos (COHEN, 2002 e SANTOS, 2008 apud GAZZANA & SCHMIDT, 2015).

Nesse contexto, surge a designação da Família multiespécie, na qual o grupo familiar legitima o animal de estimação como membro da família, que, portanto, recebe a mesma importância que os membros humanos, e é muitas vezes enxergado como um substituto parental, frequentemente recebendo o papel de filho, por exemplo (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; COUTO & MEDEIROS, 2021; SOUZA & CASTRO, 2022).

A propensão de considerar animais de estimação como membros da família é também explicada pela facilidade de relacionamento com os mesmos, que são distinguidos como seres dotados de uma forma de amor incondicional e desinteressada pelos seus tutores, além de serem livres de julgamento e não serem ambivalentes, ou seja, não costumam demonstrar duas emoções simultaneamente. Assim, funcionam como uma fonte de afeto, conforto e apoio emocional sem que isso reflita em prejuízos ou riscos, já que permitem a expressão de emoções e comportamentos que poderiam não ser bem aceitos por outro ser humano (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; SOUZA & CASTRO, 2022; ANDRADE & BERTO, 2023).

A partir dessa perspectiva, observa-se um processo de antropomorfização ou humanização dos animais, que é considerada aceitável desde que haja consciência de que suas necessidades são diferentes das humanas (TATIBANA & COSTA-VAL, 2009; GAZZANA & SCHMIDT, 2015). São observadas até mesmo mudanças no vocabulário direcionado aos animais, com palavras que antes só eram utilizadas na esfera humana. Exemplo disso é o uso do termo “adoção” para se referir a um dos processos de aquisição de animais, um termo antigamente só utilizado para se tratar de crianças (VIEIRA 2016 apud SOUZA & CASTRO, 2022). Como mencionado, a humanização dos animais até certo ponto reflete simplesmente uma maneira respeitosa de relacionar-se com os mesmos e denota a sua importância dentro do contexto familiar. Apesar disso, quando excessiva pode ser nociva, trazendo transtornos comportamentais, psicológicos e impactos negativos sobre a saúde dos cães e gatos (TATIBANA & COSTA-VAL, 2009).

3.4. Família multiespécie e a saúde única

3.4.1. Guarda Responsável

O convívio com animais de estimação, quando se dá de uma forma responsável e equilibrada, traz diversos benefícios para a saúde e bem-estar de todos os elos dessa relação. Os animais precisam de um guardião para que possam se desenvolver em segurança e de forma saudável, haja vista as mudanças comportamentais que se desenvolveram ao longo do processo de domesticação, tornando os cães e gatos mais dóceis, curiosos e menos territorialistas, e, portanto, menos preparados para viver sem os cuidados dos humanos (SUSSAI, 2021).

Os animais não domiciliados ou semi-domiciliados ficam expostos a uma série de riscos à sua própria saúde, como doenças, brigas com outros animais, maus tratos e acidentes como atropelamentos. Em um contexto de saúde única, representam também um risco à população e ao ambiente evidenciado pela contaminação por dejetos, prejuízo à fauna e flora nativas, maior probabilidade de transmissão de zoonoses, ferimentos por mordeduras ou acidentes de trânsito (MOUTINHO et al, 2015).

Nesse universo de saúde única, a Guarda Responsável configura-se como um ponto-chave para a manutenção de uma relação com os animais que minimize os riscos ao passo que potencializa os benefícios advindos dessa interação (JORGE et al, 2018). Em 2003, foi realizada a Primeira Reunião Latino-Americana de Especialistas em Posse Responsável de Animais de Companhia e Controle de Populações Caninas, através da qual foi estabelecido o conceito de Guarda Responsável: “Condição na qual o guardião de um animal de companhia aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos (potencial de agressão, transmissão de doenças ou danos a terceiros) que seu animal possa causar à comunidade ou

ao ambiente, como interpretado pela legislação vigente” (SOUZA, 2004 apud SANTANA & OLIVEIRA, 2008). Em tal conceituação, destaca-se o uso da palavra “Guarda” em detrimento de “Posse”, termo até então aceito para se referir aos animais de estimação. Essa alteração, ainda que aparentemente simples, afasta a ideia do animal como objeto que apresenta um proprietário e pode ser descartado a qualquer momento, enquanto o distingue como indivíduo dotado de necessidades e direitos (SANTANA & OLIVEIRA, 2008).

Para elucidar o papel da Guarda Responsável sobre a saúde dos cães e gatos e como garantia do seu bem-estar, foram propostas através do Relatório Brambell em 1965 as “Cinco Liberdades dos Animais”, ferramenta que auxilia no reconhecimento tanto do nível de bem-estar dos animais de estimação ou destinados à produção, como de atos contra eles que possam caracterizar maus-tratos. São elas: 1 – Liberdade nutricional; 2 – Liberdade sanitária; 3 – Liberdade ambiental; 4 – Liberdade comportamental e 5 – Liberdade psicológica (MOLENTO, 2006).

O respeito a essas “Liberdades” é o passo inicial para a garantia da dignidade animal e tem sido muito utilizada para orientar a criação de legislações que dispõem sobre a proteção e defesa dos animais de estimação, ainda que esse seja um processo incipiente na realidade brasileira. Como exemplo, é possível citar a Lei Municipal nº 17.464 do Município de São Paulo (SP) de 9 de setembro de 2020, cujo artigo 2º, inciso XXXV traz de maneira detalhada as responsabilidades dos tutores acerca das necessidades dos animais, classificadas em: a) fisiológicas e sensoriais, abrangendo pontos como nutrição e tratamento médico-veterinário; b) físicas e ambientais, como espaço adequado, local apropriado para descanso e demais necessidades fisiológicas; c) comportamentais, em ambiente que permita movimentação, exploração e socialização; d) sociais, através de atividades e interação com pessoas e outros animais; e) psicológicas e cognitivas, através de estímulos e atividades recreativas (São Paulo (SP), 2020). A partir da instituição de uma legislação voltada à guarda responsável é possível desenvolver formas de identificação, fiscalização e as medidas cabíveis aos casos de maus-tratos aos animais.

A prática de maus-tratos aos animais, além de infringir seus direitos mais básicos, representa ainda grande relevância no âmbito da saúde humana, uma

vez que pode indicar violência contra outros membros mais vulneráveis da família, ou seja, crianças, mulheres e idosos. Tal associação com a violência doméstica é sintetizada através da Teoria do Elo, que também correlaciona os atos violentos partidos de adultos com outros atos testemunhados ou experienciados por eles próprios. Assim, ao identificar abusos contra os animais, a Teoria do Elo se mostra como um ponto essencial para a prevenção ou interrupção de demais ciclos de violência no ambiente familiar (DANESI & GROSS JUNIOR, 2020).

Para o animal de estimação, uma relação saudável com seu guardião humano representa não somente uma sensação de segurança dada pelo fornecimento de abrigo e alimentos, mas também uma fonte de apego e satisfação emocional, favorecendo seu bem-estar psicológico e desenvolvimento cognitivo (JORGE et al, 2018). O desrespeito às suas necessidades, além de outros transtornos, pode ocasionar em distúrbios comportamentais, aumentando o risco de acidentes envolvendo mordeduras ou arranhaduras, que além de sequelas psicológicas podem acarretar a transmissão de doenças ou gerar lesões graves e incapacitantes em suas vítimas (FERNANDES, 2023).

Nessa conjuntura, pode-se dizer que de maneira geral, a imagem da família multiespécie vem se desenvolvendo cada vez em mais conformidade com os ideais da Guarda Responsável, à medida que eles são conhecidos e colocados em prática. A partir do momento em que o animal de estimação é legitimado como membro da família, ele passa a ser protegido como tal, se tornando parte de seu planejamento financeiro e logístico, de forma a receber assistência durante toda a sua vida, inclusive em momentos de doença ou no processo de morte. Por outro lado, quando sua adoção ou aquisição não é planejada adequadamente, surgem uma série de problemas relacionados à irresponsabilidade por parte de seus guardiões, como o desrespeito às suas necessidades e o abandono (SANTANA & OLIVEIRA, 2008; ANDRADE & BERTO, 2023).

3.4.2. Saúde humana

Em um olhar mais direcionado à saúde humana, é possível citar diversos benefícios oriundos da convivência com animais de estimação, que englobam aspectos fisiológicos e psicossociais (ANDRADE & BERTO, 2023).

Os impactos positivos mais evidentes e até intuitivos quando se trata da vivência com animais de estimação são aqueles relacionados à saúde mental. A presença de um animal de estimação está diretamente ligada a atenuação dos sinais de estresse, ansiedade e depressão, uma vez que ele é capaz de reduzir a solidão e tristeza intrínseca aos estilos de vida atuais, além de melhorar a autoconfiança e autoestima de seus tutores (COSTA, 2006; SILVA & MARISCO, 2018; SOUZA & CASTRO, 2022; ANDRADE & BERTO, 2023; MARIANO et al, 2023). Esses aspectos ultrapassam a companhia fiel e despretensiosa dos animais, estando também relacionadas a um incentivo às interações sociais, em que atuam como facilitadores para a aproximação e comunicação com outras pessoas, além de exercerem uma influência sobre o sistema neuroendócrino, promovendo a liberação de hormônios relacionados ao prazer, como a ocitocina, dopamina e serotonina, e redução da liberação de cortisol, o hormônio do estresse (JORGE et al, 2018; SUSSAI, 2021; ANDRADE & BERTO, 2023).

Cuidar de um animal de estimação traz uma noção de responsabilidade e propósito, criação de uma rotina organizada e tomada de decisões mais cautelosas que possam beneficiar a ambos (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; SOUZA & CASTRO, 2022; ANDRADE & BERTO, 2023). Isto é especialmente benéfico em se tratando de crianças, idosos e pessoas que possam se sentir isoladas ou sem serventia, como aquelas que sofrem de alguma doença incapacitante (JORGE et al, 20218; COUTO & MEDEIROS, 2021).

Para as crianças, o contato com animais auxilia no desenvolvimento cognitivo e psicossocial, tornando-as mais seguras e facilitando o aprendizado, concentração, comunicação e a vivência em comunidade (EDNEY, 1995; SOUZA & CASTRO, 2022). Ademais, ao serem criadas em famílias com animais de estimação, tendem a ser mais empáticas, solidárias e compreensivas sobre os fatos e situações, além de aprenderem sobre o ciclo da vida e as perdas,

facilitando o enfrentamento do luto e das adversidades, e a criação de uma noção de respeito às variadas formas de vida (TATIBANA & COSTA-VAL, 2009). No caso de crianças que sofreram algum tipo de trauma, a terapia assistida com animais também promove o resgate da confiança, formação de novas amizades e a reabilitação emocional (SCHULER, 2014 apud SILVA & MARISCO, 2018).

Em relação aos idosos, estes vivem uma fase de mudanças muitas vezes marcadas por perdas, seja no sentido de entes queridos ou de situações e capacidades físicas que já não são uma realidade. Nesse sentido, além dos benefícios já mencionados sobre o bem-estar humano, representam uma distração e companhia que abrandam o sentimento de saudade e luto, melhoram a autoestima por trazerem uma relação livre de julgamentos e permitem o ato de cuidar, além do fomento à prática de atividades físicas, proporcionando preservação de suas capacidades motoras e cognitivas (COSTA, 2006; COUTO & MEDEIROS, 2021). Por outro lado, dada a expectativa de vida consideravelmente reduzida dos animais, ter um animal de estimação pode representar a angústia da perspectiva de perda, que funciona também como um lembrete da própria finitude. Assim, neste público que se torna cada vez menos resiliente às situações adversas, a perda de um animal pode servir como um gatilho para desenvolvimento de ansiedade e depressão, que também predispõe o surgimento de doenças crônico-degenerativas (COSTA, 2006).

No âmbito de saúde física, os animais encorajam seus tutores a adoção de um estilo de vida mais saudável por conta de suas necessidades fisiológicas, incentivando a prática de brincadeiras, caminhadas e corridas que reduzem os impactos negativos do sedentarismo como a obesidade, além de propiciar a redução dos níveis séricos de triglicérides e colesterol (JORGE et al, 2018; SUSSAI, 2021). Somado a isso, como já mencionado, há redução do estresse que está relacionada à diminuição da frequência cardíaca e da pressão arterial, mitigando os riscos de doenças cardiovasculares como o infarto do miocárdio, além de doenças gastrointestinais crônicas e doenças autoimunes, cujo desenvolvimento pode ter relação com altos níveis de cortisol (EDNEY, 1995; PARSLOW & JORM, 2003; COSTA, 2006; GAZZANA & SCHMIDT, 2015; SUSSAI, 2021; REIS, 2021). Em estudo realizado por Allen et al. (2002), além da menor probabilidade de desenvolvimento de doenças cardiovasculares,

peessoas que conviviam com animais de estimação apresentaram maior taxa de sobrevivência e menor risco de recidiva em comparação às pessoas que não possuíam animais (COSTA, 2006). Ainda, a liberação de substâncias relacionadas ao bem-estar como a endorfina propicia o fortalecimento do sistema imunológico, reduzindo as chances de desenvolvimento de doenças e melhorando a resposta às mesmas, e diminui a percepção da dor, reduzindo a necessidade de intervenção medicamentosa e facilitando a recuperação (GAZZANA & SCHMIDT, 2015; JORGE et al, 2018).

Os animais de estimação podem atuar como uma ferramenta importante para a saúde pública, exercendo o papel de sentinelas. Pela proximidade de convívio das famílias com os mesmos, que compartilham a moradia, muitas vezes frequentam os mesmos locais, participam de viagens e recebem os mesmos alimentos que humanos, os animais auxiliam na identificação de doenças, contaminação ambiental, de alimentos ou água, que podem potencialmente ameaçar a saúde humana. Portanto, refletem as condições de saúde e compartilham de riscos similares aos quais seus familiares estão submetidos (SCHMIDT, 2009). Não obstante, sua participação na transmissão de zoonoses dada por tamanha proximidade com as pessoas, não deve ser ignorada e é particularmente preocupante no caso de convívio com indivíduos imunocomprometidos, o que evidencia a importância da orientação da população e adoção de medidas preventivas para o desenvolvimento de doenças em seus animais (SCHMIDT, 2009; JORGE et al, 2018).

Apesar dos inúmeros benefícios, a decisão de adquirir um animal deve ser tomada de maneira responsável e consciente, levando em consideração os custos financeiros inerentes à sua criação, como com alimentação de qualidade e cuidados veterinários; as condições de moradia, de forma a prover o espaço necessário para desenvolvimento de seu comportamento natural de maneira adequada e segura, e a rotina, já que um animal requer atenção e dedicação por parte de seus tutores. Além disso, assumir a responsabilidade sobre a vida de um animal não é uma tarefa simples, podendo trazer desgaste emocional e físico especialmente para aqueles que fazem essa aquisição sem o devido planejamento ou sem levar em consideração sua própria personalidade,

podendo haver incompatibilidades com as demandas dos animais de estimação (REIS, 2021; FERNANDES et al., 2023).

3.5. Animais de estimação e vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social, embora seja uma pauta emergente, ainda não apresenta um consenso a respeito de sua definição. É um conceito que ultrapassa as restrições financeiras, podendo ser considerado um estado em que determinada população tem suas necessidades básicas insatisfeitas, por falta de acesso a serviços públicos, má qualidade do ambiente em que se habita e diminuição de sua liberdade individual e política, gerando um estado de “mal-estar social” (COSTA, et al., 2018).

Nesse panorama, se encontram as famílias que vivem em comunidades, periféricas não apenas no sentido geográfico, como também se referindo a um abismo social ao qual essa população é imposta, sendo cada vez mais omitida e tendo seus direitos desvanecidos, salientando-se as desigualdades presentes na sociedade atual. Pela localização afastada da região central das cidades, as comunidades se tornam um local de “despejo” de tudo aquilo que já não tem serventia para a população mais beneficiada financeiramente, mas ao mesmo tempo causaria incômodo nos locais que esta frequenta, como entulho, restos de mobília e até mesmo animais. Nesse contexto, em entrevistas realizadas em comunidades como a São Remo por Baquero, Peçanha e colaboradores (2021), evidenciou-se a recorrência do abandono de cães e gatos nessas regiões, sendo esse um caminho muito frequente relatado pelas famílias para adoção de seus animais de estimação.

Ainda segundo os autores, as famílias que enfrentam a vulnerabilidade social, além de lidar com as dificuldades de acesso a direitos básicos, são marginalizadas pelo restante da população por uma gama de preconceitos e estereótipos simplesmente pela situação socioeconômica à qual estão submetidas, o que as encaminha à exclusão e invisibilidade, atravancando a conquista por empregos e oportunidades que possam retirá-las dessa condição.

Não obstante, os animais que com elas coabitam ou aqueles que vivem nas ruas, lidam com as mesmas dificuldades, sendo vistos como um potencial risco e reservatórios de doenças, o que funciona como um empecilho ao processo de adoção e pode encorajar a prática de maus-tratos.

Em maior grau, essas adversidades são vividas também pelas pessoas em situação de rua. Indivíduos muitas vezes privados de todos os direitos de cidadãos, são diariamente discriminados e deslegitimados pela condição em que se encontram, submetidos a uma série de violências, sejam elas morais ou físicas, sendo destituídos inclusive do reconhecimento de sua humanidade. Em conjunto a isso, a ausência de elos que os conectem à sociedade intrinca a busca por estratégias que os possibilitem mudar essa situação (FREITAS, 2019).

As pessoas em situação de vulnerabilidade social encontram nos animais abandonados alguém que compartilha dos mesmos sofrimentos e fragilidades, e que, portanto, também precisa de acolhimento. É nesse ínterim que se formam as famílias multiespécie em vulnerabilidade, que apesar de todas as dificuldades financeiras e de acesso a serviços públicos, procuram partilhar o pouco que têm com esses indivíduos mais necessitados (FREITAS, 2019; BAQUERO & PEÇANHA, 2021).

Apesar da adoção de animais abandonados ser um ato altruísta visando o bem-estar dos mesmos, sua realização de forma indiscriminada e compulsiva pode estar vinculada ao Transtorno de acumulação de animais, uma afecção de saúde mental com grande impacto sobre a saúde única. Dada a incapacidade de suprir a alta demanda de seus animais, os portadores desse transtorno costumam viver em condições precárias, caracterizadas pelo acúmulo de dejetos, risco de acidentes por mordeduras e alto potencial zoonótico. Tal transtorno está muito ligado à vulnerabilidade social por essa necessidade de acolher os animais vulneráveis, e deve ser reconhecido e tratado de forma multidisciplinar, visando o controle populacional dos animais, a correção do transtorno psicológico, e a redução dos impactos gerados pela alta densidade de animais (FERREIRA, 2016).

Como já mencionado, a presença do animal de estimação nas famílias multiespécie está ligada a uma série de benefícios à saúde física e mental das

peessoas. Em entrevista realizada com moradores de comunidades por Baquero, Peçanha e colaboradores (2021), foi evidenciada a importância do animal nesse contexto, citados como membros únicos e insubstituíveis pela maioria das famílias, dotados de suas particularidades e personalidade própria, sendo sua simples companhia capaz de esmorecer os sintomas de doenças como síndrome do pânico, ansiedade, depressão e dores relacionadas a doenças psicossomáticas. Junto a isso, foi observado o desejo dessas pessoas de oferecer o tratamento e criação mais adequados, muitas vezes barrado por restrições financeiras ou de infraestrutura da moradia e do bairro em que vivem. De forma semelhante ao relatado pelas famílias com crianças, as longas jornadas de trabalho somadas à distância de seus empregos, a dificuldade de mobilidade no bairro dada pela precariedade estrutural nas comunidades e outros compromissos domésticos são enumerados como empecilhos a uma participação mais ativa em sua criação, como o estabelecimento de uma rotina de passeios e brincadeiras.

Dada a relevância do animal no ambiente familiar, muitos entrevistados manifestaram a ambição de melhorar suas condições de vida de forma a poder oferecer uma moradia com mais espaço, atendimento médico-veterinário com regularidade e até a compra de brinquedos e agrados. Ademais, a perda desses animais por óbito ou fuga era sempre muito lamentada, demonstrando a vivência de um luto semelhante ao que ocorre pela perda de entes queridos humanos, e evidenciando que seu lugar no âmbito familiar é muito respeitado.

Além da relação com seus próprios animais, foi apontada a preocupação com os animais não domiciliados, sendo feito um esforço por parte de várias pessoas para prover ao menos alimento e um abrigo, mesmo que improvisado. Também havia relatos de mobilização da população para o acolhimento desses animais até encontrarem um lar definitivo e a divulgação de animais abandonados pelo bairro, procurando incentivar e acelerar o processo de adoção (BAQUERO & PEÇANHA, 2021).

Em um enfoque sobre a população em situação de rua, esta geralmente vive em um cenário de quebra de todos os vínculos familiares, que atuam como um ambiente de apoio e auxílio em situações adversas, o que faz com que a solidão e os efeitos negativos trazidos por ela sejam potencializados. Segundo

Ciampa (2004 apud FREITAS, 2019), a identidade de uma pessoa pode ser definida a partir do grupo em que está inserida, considerando sua história, tradições e normas. Isto significa que a ausência de vínculos enfrentada por grande parte dessa população leva a um afastamento de sua própria identidade. Nesse contexto, a figura do animal de estimação se torna ainda mais representativa, sendo com frequência o único elo restante e o que mantém nesse público um certo grau de identificação com um grupo (FREITAS, 2019).

O animal de estimação da pessoa em situação de rua, além de muitas vezes ser visto como a única amizade leal e segura, é um importante meio de preservação de sua saúde mental e autocuidado, provendo afeto, apoio emocional e sensação de proteção mútua contra os perigos das ruas. Em algumas pesquisas realizadas com essa população, foi constatado que o fato de ter alguém de quem cuidar não só melhora a autoestima como também torna as pessoas mais responsáveis, passando a pensar em suas atitudes e decisões de forma a beneficiar e garantir a sobrevivência de ambos, além de ser um incentivo à busca de oportunidades para sair da situação de rua, possibilitando oferecer melhores condições a seus animais. Em outras palavras, os animais de estimação são percebidos como uma razão para continuar vivos, afastando as pessoas de situações que possam trazer riscos às mesmas como o uso de substâncias ilícitas, abuso de álcool, envolvimento com brigas ou outras atividades ilegais que possam significar a perda ou separação de seus animais (FREITAS, 2019; KERMAN et al, 2019; CLEARY et al, 2020; SCANLON et al, 2021).

Em contrapartida, a guarda de um animal de estimação pode compor mais uma série de dificuldades sobre a vida das pessoas em situação de rua. Apesar de serem mencionados como um agente facilitador à obtenção de ajuda por parte da população, esses podem agravar a escassez de alimentos, sendo que nessas pesquisas foi relatado por grande parte dos entrevistados que preferem priorizar a alimentação de seus animais quando não há alimento suficiente para ambos; a dificuldade de encontrar e manter empregos pelo risco de perder seus animais; a dificuldade de acesso a serviços públicos como os abrigos, de maneira que muitas pessoas se negam a ir para esses locais pela impossibilidade de levarem consigo seus animais, o que traz um risco à sua vida

principalmente em épocas mais frias; a possibilidade de transmissão de zoonoses já que esses animais são muito expostos a agentes infecciosos e não recebem tratamento preventivo adequado, entre outras. Outrossim, a grande probabilidade de sua perda precoce dada por fuga ou expectativa de vida reduzida devido aos inúmeros perigos aos quais são expostos, pode significar uma experiência extremamente traumática a essas pessoas. Além do sentimento de culpa envolvido a essa perda, como frequentemente esses animais representam o único relacionamento restante, o luto somado à solidão e falta de apoio pode resultar em problemas relacionados à saúde mental como a depressão, além da predisposição ao uso de álcool e outras substâncias, e até a ideação suicida (FREITAS, 2019; KERMAN et al, 2019; CLEARY et al, 2020; SCANLON et al, 2021).

3.6. Políticas públicas

No Brasil, apesar de a instituição de políticas públicas relacionadas a um convívio mais saudável com cães e gatos ser uma pauta antiga, o seu foco em guarda responsável é mais atual. Inicialmente, as políticas eram voltadas quase que exclusivamente ao controle populacional, visando a prevenção e erradicação de zoonoses, sem qualquer preocupação com o bem-estar e direitos dos animais. No decorrer dos anos, ainda que o objetivo principal seja o mesmo, as estratégias sofreram modificações de forma a não somente beneficiar a saúde humana como também a dos animais envolvidos, sem deixar de respeitar sua dignidade (SANTANA & OLIVEIRA, 2008).

Por se tratar de um país amplo e diverso, o Brasil ainda apresenta poucas políticas públicas e legislação sobre guarda responsável a nível federal, cabendo a cada estado ou município desenvolver estratégias que melhor se adequem à sua realidade. Portanto, a seguir serão expostas as políticas públicas desenvolvidas pelo município de São Paulo – SP, cuja estrutura e estratégias voltadas ao controle populacional de animais e controle de zoonoses são consideradas referências nacionais (Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, 2023).

Em 1973, em decorrência de um surto de Raiva (zoonose causada pelo vírus do gênero *Lyssavirus*) somado à superpopulação de cães e gatos no município, foi criado o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de São Paulo, e desenvolvida uma estratégia de controle populacional baseada na captura e eutanásia de cães e gatos errantes, movimento conhecido popularmente como “Carrocinha” (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, 2018). O último caso da doença em cães foi registrado em 1984, porém, apesar de sua ineficácia no controle populacional, essa estratégia de controle foi mantida até 2008, quando foi instituída a Lei Estadual de São Paulo nº 12.916, conhecida como Lei Feliciano, que proíbe a eutanásia sistemática de animais errantes pelos canis municipais. A partir de então, os animais recolhidos de vias públicas passaram a ser mantidos em canis e gatis da prefeitura até que fossem adotados (nos casos de animais passíveis a serem encaminhados à adoção) ou a óbito naturalmente (ALESP, 2018).

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde do município de São Paulo conta com a Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico (COSAP), criada em 2017 com o objetivo de desenvolver políticas públicas voltadas aos animais domésticos, de forma que seu bem-estar passasse a ser visto como parte indissociável da promoção de saúde única. Assim, a principal estratégia para a promoção da guarda responsável tornou-se a educação ambiental, realizando a conscientização da população quanto ao manejo adequado, a importância do planejamento para aquisição de animais, a importância da prevenção em saúde, entre outros tópicos abordados através de atividades realizadas em escolas do município, em campanhas de adoção e de outros meios de comunicação como as redes sociais, visando a redução do abandono, prevenção de doenças e promoção de saúde. Além disso, o município presta serviços como o registro dos animais domésticos, vacinação contra Raiva e esterilização cirúrgica de cães e gatos, além de promover a captura, vacinação, esterilização e devolução de alguns animais que vivem em ambientes públicos, e fiscalização e controle do comércio de animais (Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, 2024).

No que diz respeito à assistência de famílias multiespécie em vulnerabilidade social, em 2012 o município de São Paulo inaugurou o primeiro Hospital Veterinário Público, voltado ao atendimento de cães e gatos de famílias

de baixa renda. Atualmente o município conta com 4 unidades distribuídas em cada região da cidade, nos quais são realizados atendimentos de emergência, consultas de especialidades, procedimentos cirúrgicos e exames laboratoriais e de imagem, de acordo com a estrutura de cada Hospital (Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2023).

4. DISCUSSÃO

A relação com um animal de estimação, se harmoniosa, é capaz de impactar positivamente a vida dos animais e pessoas que constituem uma família multiespécie, através dos variados benefícios já enumerados anteriormente. Pressupõe-se que um lar em que o animal é visto como um membro legítimo da família é um ambiente que permitirá o seu crescimento adequado, no qual suas características e necessidades serão respeitadas de forma a garantir seu bem-estar. Do ponto de vista dos cães e gatos, isso pode significar uma vida mais longa, saudável e feliz, já que se bem executada, a guarda responsável os distancia de perigos que possam afetar negativamente sua saúde, além de prover afeto e cuidados que levam a um melhor desenvolvimento físico, social e cognitivo.

Assegurar todas as demandas de um animal é difícil e envolve além de muita responsabilidade, inúmeros custos inerentes aos seus cuidados, devendo ser a decisão da aquisição de um animal tomada com cautela e critérios. Uma alimentação adequada, espaço compatível com o porte e necessidades dos animais, protocolos vacinais, consultas de rotina etc. são fundamentais e o seu não provimento de certo modo pode configurar-se como negligência e até maus-tratos. Nessa conjunção, é possível imaginar que uma família que vive em situação de vulnerabilidade social terá mais dificuldade em suprir todas essas necessidades, deixando muitas vezes de lado alguns cuidados que são vistos como menos prioritários no contexto familiar, e que, dadas determinadas circunstâncias, não são possíveis de serem realizados naquele momento. Apesar disso, considerando que comumente seus animais foram recolhidos das ruas, apesar de nem sempre serem capazes de oferecer a eles tudo o que seria

ideal, estão provendo os pontos mais básicos do conceito de guarda responsável aos quais eram privados: um lar e proteção contra os incontáveis perigos a que são submetidos nas ruas.

É verdade que um animal que vive em uma família de maior poder aquisitivo costuma ter maior disponibilidade e acesso a bens e serviços que os animais e pessoas de famílias vulneráveis, sendo plausível dizer, grosso modo, que suas necessidades e bem-estar são mais bem atendidos nesse cenário. Todavia, esses animais não são isentos de sofrer maus tratos, negligência e até abandono, sendo esses fatos ligados principalmente ao caráter e não às condições financeiras de uma pessoa.

A partir de uma visão mais ampla sobre a saúde única, nota-se que nas famílias multiespécie mais vulneráveis, os animais não são os únicos cujos direitos são frequentemente infringidos. As pessoas que vivem nas periferias ou que estão em situação de rua compartilham das dificuldades de acesso a alimentos de qualidade, segurança, atendimento médico preventivo ou não, bem como a medicamentos, ambientes onde possam realizar atividades de lazer, entre outros numerosos obstáculos enfrentados diariamente por essa população, de maneira que mesmo a sua saúde, do sentido mais abrangente da palavra, fique prejudicado.

Considerando todos esses entraves, é possível dizer que muitos animais de famílias mais privilegiadas têm melhor tratamento e condições de vida que muitos seres humanos em situação de pobreza. Isso denota o abismo que separa essas duas realidades e evidencia um problema social complexo que vai muito além do bem-estar animal. São pessoas privadas de quase tudo, que precisam enfrentar não somente o descaso, preconceito e uma série de violências morais como também diversas batalhas diárias para prover a si e aos seus a simples subsistência. Como já mencionado, a aquisição de um animal requer planejamento e responsabilidade, principalmente quando se opta pela compra do mesmo. Porém, pensando no contexto de adoção de animais abandonados, por maiores que sejam as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em vulnerabilidade, elas muitas vezes os enxergam como alguém tão vulnerável e digno de acolhimento quanto elas próprias, o que fomenta um sentimento de

empatia, responsabilidade e quase de dever de intervir oferecendo a essas vidas pelo menos o mínimo para a sua sobrevivência (BAQUERO & PEÇANHA, 2021).

Nessa esfera, destaca-se a importância de políticas públicas voltadas à assistência dessa população e seus animais, sendo o primeiro passo a orientação quanto aos cuidados e recursos necessários para suprir as suas demandas, de forma a evitar a aquisição de animais por impulso e sem o devido planejamento, reduzindo assim as taxas de abandono e superpopulação de cães e gatos. Também com esse intuito, as campanhas de esterilização cirúrgica constituem um importante mecanismo de controle populacional, especialmente considerando-se que em muitas famílias ainda existe o hábito de permitir aos animais o livre acesso à rua, o que novamente denota a indispensabilidade da educação em saúde associada a quaisquer outras estratégias de promoção da saúde única.

A criação de hospitais veterinários públicos foi um passo importante para o amparo de animais doentes de famílias que não teriam condições de arcar com os custos de um atendimento médico-veterinário, garantindo a eles um dos pontos principais do bem-estar animal: a liberdade de dor e doença. Apesar disso, dada a alta demanda a esse serviço, observa-se uma série de dificuldades de acesso por parte da população, evidenciadas pela superlotação dos hospitais. A insuficiência de vagas para atendimento de todos os animais faz com que seja necessário priorizar casos de urgência e emergência que muitas vezes acabam por esgotar os recursos hospitalares, enquanto aqueles animais com quadros mais estáveis muitas vezes não recebem atendimento, ou são agendados para datas muito distantes, estando passíveis a apresentar piora durante esse período de espera.

A superlotação enfrentada pelos hospitais públicos demonstra uma ineficiência em sua forma de atuação que está frequentemente limitada à mitigação de problemas imediatos, sem que haja uma perspectiva de soluções a longo prazo. Tal fato demonstra a necessidade da adoção de métodos baseados em medicina veterinária preventiva, como a importância de manter os animais domiciliados e a vacinação, que apesar de ser um serviço prestado por órgãos públicos, tem enfoque apenas no controle da Raiva, enquanto existem vacinas contra outras doenças de grande importância epidemiológica entre cães

e gatos que acabam sendo negligenciadas pelos tutores, muitas vezes pelo simples desconhecimento, além das restrições financeiras. O papel do médico-veterinário, especialmente daquele que lida com famílias vulneráveis, é primordial para a orientação e consequente promoção da saúde única. O atendimento de um animal não deve se basear simplesmente na busca pelo tratamento de sua doença atual, mas sim se tornar um espaço de diálogo com a família a fim de compreender toda a complexidade do contexto em que ela vive, orientando-a quanto à guarda responsável e prevenção em saúde, levando em consideração e se adequando à sua realidade, capacidades e limitações, de forma a facilitar o entendimento e a adesão ao que está sendo proposto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura do animal de estimação como membro da família é uma tendência que se torna cada vez mais frequente. Os benefícios do convívio com esses animais devem ser um direito de todas as famílias, e não somente um privilégio daquelas com maior poder aquisitivo. Apesar disso, levar em conta somente os pontos positivos sem considerar os desafios que um animal pode trazer à família é arriscado e pode levar à aquisição inadvertida de animais e predispor ao abandono dos mesmos.

É sabido que para que os cães e gatos tenham uma criação adequada, é necessário um mínimo de estrutura e condições financeiras, de forma que famílias em situação de vulnerabilidade dificilmente conseguirão oferecer tudo o que seria recomendado em situações ideais. Entretanto, o caminho para uma relação homem-animal equilibrada nesse cenário não pode ser a tentativa de impedir indiscriminadamente que essas pessoas tenham acesso à companhia de um animal, mas sim, deve se dar através da educação em guarda responsável visando tornar a aquisição de animais uma decisão tomada com responsabilidade, levando em consideração seus prós e contras, todos os cuidados exigidos por eles e gastos intrínsecos a um manejo adequado, os riscos e malefícios relacionados a erros de manejo como ausência de tratamento preventivo, acesso livre à rua e alimentação inadequada, entre outros pontos

fundamentais que busquem minimizar os problemas relacionados à saúde única e prejuízos à qualidade de vida dos animais dadas pelas restrições financeiras.

Faz-se fundamental o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à realidade dessa população, buscando oferecer assistência aos seus animais de maneira a promover sua saúde e bem-estar, porém mantendo sempre como primícia a educação e prevenção em saúde. No contexto dos hospitais veterinários públicos, sabendo que muitos dos animais que requerem atendimento apresentam problemas relacionados a erros de manejo, o médico-veterinário deve estar preparado para acolher e exercer o seu dever de orientar da melhor forma as famílias, considerando que grande parte desses erros se dá por desconhecimento e não por descaso das mesmas. É necessário direcionar um olhar cuidadoso sobre as particularidades do contexto em que cada família está inserida, levando em conta não somente as necessidades dos animais, mas também as características e limitações da família, mantendo sempre o respeito à dignidade de todos os seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, N. S. et al. **Cães e gatos domésticos em tempos da pandemia da covid-19.** Abr. 2020.

ANDRADE, J. P.; BERTO, V. Família multiespécies: Como os animais de estimação afetam o bem-estar emocional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.9, n.11, p.292-305, nov. 2023.

BAQUERO, O. S.; PEÇANHA, E. (Organizadores). **Comunidades e famílias multiespécies: aportes à saúde única em periferias**. 1. Ed. São Paulo: Editora Amavisse, 2021.

CENSO PET IPB: 139,3 milhões de animais de estimação no Brasil. **Instituto Pet Brasil**. 12 jun. 2019. Disponível em: <<https://institutopetbrasil.com/imprensa/censo-pet-1393-milhoes-de-animais-de-estimacao-no-brasil/>>. Acesso em: 03 out. 2024.

CENSO PET IPB: com alta recorde de 6% em um ano, gatos lideram crescimento de animais de estimação no Brasil. **Instituto Pet Brasil**. 18 jul. 2022. Disponível em: <<https://institutopetbrasil.com/fique-por-dentro/amor-pelos-animais-impulsiona-os-negocios-2-2/>>. Acesso em: 03 out. 2024.

CLEARY, M. et al. The Unbreakable Bond: The Mental health benefits and challenges of pet ownership for people experiencing homelessness. **Issues in Mental Health Nursing**, v.42, n.8, p.741-746, 2021.

COSTA, E. C. **Animais de estimação: uma abordagem psico-sociológica da concepção dos idosos**. 2006. 195f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Fortaleza - CE, 2006.

COSTA, M. A. et al. **Vulnerabilidade social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

COUTO, D. M.; MEDEIROS, T. Impacto dos animais de estimação no bem-estar da pessoa idosa. **Revista de Divulgação Científica AICA**, p.166-175, 2021.

DANESI, I. G.; GROSS JUNIOR, R. A aplicação da teoria do elo no enfrentamento à violência doméstica. **Braz. J. of Develop.** Curitiba, v.6, n. 10, p.74262-74270, out. 2020.

EDNEY, A. T. B. Companion animals and human health: an overview. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v.88, p. 704-708, dec. 1995.

FELICIANO FILHO. Opinião – Quem se lembra da carrocinha? **Alesp**, 2018. Disponível em: < <https://sts.al.sp.gov.br/noticia/?id=391203>>. Acesso em 04 dez. 2024.

FERNANDES, R. R. et al. Mordedura de cães e sua interconexão com a saúde única. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba - PR, v.6, n.1, p.537-548, jan./fev., 2023.

FERREIRA, E. A. **Acumuladores de animais**: caracterização do perfil psicopatológico. 2016. 64f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). PUCRS – Porto Alegre, 2016.

FREITAS, A. A.; GOMES, A.P.F. A representação social do cão para as pessoas em situação de rua: Uma diretriz para construção de políticas públicas. **Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba - PR, v.8, n.2, p.106-128, jul./dez. 2019.

GAZZANA, C.; SCHMIDT, B. Novas configurações familiares e vínculo com animais de estimação em uma perspectiva de família multiespécie. In: **III Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG**. Caxias do Sul- RS, 2015. 1001-1020.

JORGE, S. S. et al. Guarda responsável de animais: Conceitos, ações e políticas públicas. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.15, n.28, p.578-594, dez. 2018.

KERMAN, N.; GRAN-RUAZ, S.; LEM, M. Pet ownership and homelessness: a scoping review. **Journal of Social Distress and the Homeless**, Ottawa, v.28, n.2, p.106-114, 2019.

LASS-HENNEMANN, J. et al. The relationship between attachment to pets and mental health: the shared link via attachment to humans. **BMC Psychiatry**, Saarbrücken, v.22, n.586., p.1-9, 2022.

LOUSANA, G.; ACCETTURI, C. Idosos e animais de estimação: uma interação terapêutica. **INVITARE – Pesquisa clínica**, p.1-9, s/d.

MARIANO, et al. Animais de estimação e sua influência na saúde mental do ser humano. **Revista Científica do Tocantis**, v.3, n.2, p.1-8, dez. 2023.

MOUTINHO, F. F. B. et al. Percepção da sociedade sobre a qualidade de vida e o controle populacional de cães não domiciliados. **Ciênc. Anim. Bras.**, Goiânia, v.16, n.4, p. 574-588, out./dez. 2015.

MOLENTO, C. F. M. **Repensando as cinco liberdades**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, p.56, 2006.

NÚMERO de animais de estimação em situação de vulnerabilidade mais do que dobra em dois anos, aponta pesquisa do IPB. **Instituto Pet Brasil**. 18 jul. 2022. Disponível em: <<https://institutopetbrasil.com/fique-por-dentro/numero-de-animais-de-estimacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-mais-do-que-dobra-em-dois-anos-aponta-pesquisa-do-ipb/#:~:text=O%20acolhimento%20m%C3%A1ximo%20foi%20estimado%20de%20acordo,a%20tutela%20das%20O>>. Acesso em 03 out. 2024.

PARSLOW, R. A.; JORM, A. F. Pet ownership and risk factors for cardiovascular disease: another look. **MJA**, v.179, n.3, p.466-468, nov. 2003.

REIS, M. Z. **Saúde e bem-estar de pessoas e animais domésticos**. 2021. 22f. Artigo (Bacharel em Medicina Veterinária) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, UNICEPLAC, Gama, 2021.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. **Guarda responsável e dignidade dos animais**. Salvador: Relatório do Ministério Público, 2008.

SCANLON, L. et al. Homeless People and their dogs: exploring the nature and impact of the human-companion animal bond. **Anthrozoös**, v. 34, n.1, p.77-92, 2021.

SCHMIDT, P. L. Companion Animals as Sentinels for Public Health. **Vet Clin Small Anim**, 39 (2009) p.241-250, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Controle de Zoonoses**. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/vigilancia_em_saude/controlado_zoonoses/controlado_animal/4414>. Acesso em 04 dez. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Saúde e proteção ao animal doméstico**. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível

em:<https://capital.sp.gov.br/web/saude/saude_e_protecao_ao_animal_domestico>. Acesso em 04 dez. 2024.

SILVA, N. A.; MARISCO, G. A relação dos animais domésticos com educação e saúde. **Interfaces científicas – Saúde e Ambiente**, Aracaju, v.7, n.1, p.71-78, jul. 2018.

SOUZA, M. M.; CASTRO, A. Repercussão do animal de estimação na saúde mental de indivíduos na fase adulta. **Revista Panorâmica**, v.35, p.394-409, jan./abr. 2022.

SUSSAI, S. **Convivência com cães e gatos: efeitos na saúde mental e na atividade física das pessoas no município de São Paulo**. 2021. 63f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

TATIBANA, L. S.; COSTA-VAL, A. P. Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário. **Revista veterinária e zootecnia em Minas**, Belo Horizonte - MG, v.103, n.1, p.12-18, out./nov./dez., 2009.